



## **TARGETED KILLING - ASSASSINATO SELETIVO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA**

Uma realidade mundial, executada principalmente por Israel e Estados Unidos

**Luiz Alberto Gomes Barbosa Neto<sup>1</sup>**

**Francisco Horacio da Silva Frota<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

Este trabalho objetiva apresentar a política pública de segurança do targeted killing (assassinato seletivo) utilizada em Israel e nos EUA. Justifica-se a relevância do assunto em questão, haja vista a quase inexistência de trabalhos acadêmicos no Brasil. O estudo envolveu uma pesquisa de caráter bibliográfico em que se exploraram livros e artigos científicos nacionais e internacionais. Verifica-se que essa política letal está sendo posta em prática com mais intensidade graças ao avanço tecnológico. É imprescindível fomentar estudos e pesquisas na literatura nacional que suscitem reflexões sobre o tema e tragam à tona o debate sobre eficazes políticas de segurança pública.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Segurança Nacional, Assassinatos Seletivos.

### **ABSTRACT**

This work presents the public policy of targeted killing (assassinato seletivo) used in Israel and U.S.. Justifies the relevance of the subject matter, given the almost lack of scholarly work in Brazil. The study involved a bibliographical research that was explored in nationally and internationally books and papers. It appears that this lethal policy is being implemented with greater intensity due to technological and advancement. It is essential to promote studies and researches in the national literature raising thoughts on the subject and bring to the debate on effective public safety policies.

Keywords: Public Policy, Public Security, Targeted Killing.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-graduação. Universidade Estadual do Ceará (UECE). luizalbertoneto@gmail.com

<sup>2</sup> Estudante de Pós-graduação. Universidade Estadual do Ceará (UECE). fhsfgm@gmail.com

## I INTRODUÇÃO

O assassinato de Mohammed Najar, membro do grupo palestino Jihad Islâmica, em 11 de janeiro de 2011 na Faixa de Gaza, por um míssil disparado pela Força Aérea israelense enquanto dirigia uma motocicleta, expôs mais uma vez ao mundo o resultado de uma política, conhecida internacionalmente como *targeted killing* ou assassinato seletivo, utilizada pelo Estado de Israel, com bastante ênfase, desde o início da 2ª Intifada em 29 de setembro de 2000 e por outros países, dentre eles os Estados Unidos da América (EUA).

Essas operações são reconhecidas pelos Estados que as utilizam como Política Pública de Segurança com a justificativa de legítima defesa contra o terrorismo. Embora não exista um conceito aceito universalmente, o *targeted killing* ou *Extrajudicial Execution* (execução extrajudicial) é considerado pela Anistia Internacional como:

Uma execução extrajudicial é uma matança deliberada e ilícita realizada por ordem de um governo ou com a sua aquiescência. Execuções extrajudiciais são crimes que podem ser razoavelmente assumidos como sendo o resultado de uma política em qualquer nível de governo para eliminar determinados indivíduos como uma alternativa entre prendê-los e levá-los à justiça. Estas mortes ocorrem fora de quaisquer processos judiciais.<sup>3</sup>

Ainda, segundo Nils Melzer (2008, p. 468) consultor jurídico e autor do livro “Targeted Killing under International Law” publicado pela Oxford University Press, “O termo „targeted killing denota o uso de força letal utilizável por um sujeito do direito internacional que tenha intenção, premeditação e deliberação para matar especificamente pessoas selecionadas que não estão sob sua custódia física”.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Extrajudicial executions: An extrajudicial execution is an unlawful and deliberate killing carried out by order of a government or with its acquiescence. Extrajudicial killings are killings which can reasonably be assumed to be the result of a policy at any level of government to eliminate specific individuals as an alternative to arresting them and bringing them to justice. These killings take place outside any judicial framework. Amnesty International Report.

<sup>4</sup> (...) the term ‘targeted killing’ denotes the use of lethal force attributable to a subject of international law with the intent, premeditation and deliberation to kill individually selected persons who are not in the physical custody of those targeting them.



O assunto é mais discutido pelo Estado de Israel por ter sido pioneiro na utilização dessa política, ao menos em termos de estudos e esforços de legitimação perante a opinião pública, e por estar ligado à questão árabe-israelense que envolve atividades da militância palestina como também do Governo israelense. No entanto, estudos mais recentes identificaram a implementação dessa política pública de segurança estatal (como ela é entendida por esses Estados) por outros atores internacionais, como os EUA.

Este trabalho tem como objetivo apresentar a política pública de segurança do *targeted killing* (assassinato seletivo) utilizada em Israel e nos EUA; bem como fomentar reflexões e pesquisas na literatura nacional sobre o tema. Justifica-se a relevância do assunto em questão, haja vista a quase inexistência de trabalhos acadêmicos no Brasil. Além disso, verifica-se um incremento nas técnicas operacionais desses assassinatos seletivos como, também, nos esforços de legitimação perante a opinião pública interna e externa.

Assim, buscou-se destacar o arcabouço histórico dessas operações pelo Estado de Israel, enquadrar como política pública de segurança de Estado e demonstrar a utilização pelos EUA após os atentados de 11 de setembro de 2001 através da Doutrina de Guerra ao Terror.

O estudo envolveu uma pesquisa de caráter bibliográfico, ademais, lançou-se mão dos dados estatísticos do Centro de Informações Israelense para os Direitos Humanos nos Territórios Ocupados – B'Tselem e material coletado em jornais estrangeiros.

## II BREVE RESGATE HISTÓRICO

Segundo Steven R. David (2002, p. 6), a prática do *targeted killing* foi utilizada antes até da criação do Estado de Israel, quando grupos judaicos clandestinos matavam seletivamente supostos colaboradores durante o protetorado britânico na Palestina (1918-1945). Essas execuções seletivas continuaram, pois:

Na década de 1950, a infiltração terrorista a partir do Egito diminuiu como resultado do assassinato de oficiais da inteligência egípcia no comando dessa operação. Em 1960, o plano de Nasser para construir mísseis balísticos capazes de atingir Israel desmoronou quando seus cientistas alemães fugiram em consequência dos ataques de bombas postais israelenses. Na década de 1970, o (grupo) Setembro Negro foi tudo, mas foi destruído quando funcionou como organização terrorista, na sequência da campanha de Israel para vingar o massacre de Munique. O assassinato israelense, em 1995, do líder da Jihad Islâmica Shikaki em Malta, prejudicaram a eficácia desse grupo durante vários anos, com os sucessores debatendo sobre a política e o poder.<sup>5</sup>

As operações de *targeted killing* nem sempre foram entendidas como política pública. Anteriormente essas ações funcionavam como recursos operacionais da Agência Israelense de Inteligência (MOSSAD) e das Forças de Defesa Israelense (IDF em inglês). No entanto, quando se iniciou a 2ª Intifada palestina em 2000, foi reconhecida e defendida institucionalmente como política pública de segurança de Estado.

Desde o início dessa nova Intifada em 29 de setembro de 2000 até 28 de fevereiro de 2011, 242 palestinos foram mortos como alvos do assassinato seletivo e mais outros 412 como danos colaterais pelas forças de segurança israelenses.<sup>6</sup>

A Biblioteca Judaica Virtual pertencente à *American-Israeli Cooperative Enterprise*<sup>7</sup> também contabiliza um aumento expressivo desses assassinatos após a revolta palestina de 2000. A lista de ocorrência passa de cem operações do Estado Israelense, muitas delas com muitos alvos selecionados e mortos. Não há contagem de mortos colaterais que não eram alvos principais.

<sup>5</sup> "In the 1950s, terrorist infiltration from Egypt lessened as a result of the killing of Egyptian intelligence officers in charge of the operation. In the 1960s, Nasser's plan to build ballistic missiles capable of reaching Israel collapsed when his German scientists fled in the wake of Israeli mail bomb attacks. Black September was all but destroyed as a functioning terrorist organization in the 1970s, following the Israeli campaign to avenge the Munich massacre. The 1995 Israeli assassination of Islamic Jihad leader Shikaki in Malta undermined the effectiveness of this group for several years, as successors struggled over policy and power.|| Amnesty International Report.

<sup>6</sup> B'TSELEM – The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories. Estatística disponível em <<http://www.btselem.org/english/statistics/Index.asp>>. Acesso em 15 de março de 2011.

<sup>7</sup> Israeli 'Hits' On Terrorists||. Disponível em <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Terrorism/hits.html>>. Acesso em 23 de março de 2011.

### III TARGETED KILLING – ASSASSINATO SELETIVO COMO POLÍTICA PÚBLICA?

Em 09 de novembro de 2000, as Forças de Defesa Israelenses – FDI assassinaram seletivamente Hussein Muhammad Salim „Abayat do grupo palestino Fatah com mísseis atirados por um helicóptero. Segundo o relatório da Anistia Internacional sobre “Israel e Territórios Ocupados – Assassinato Estatal e outras execuções ilegais”, após o ocorrido a FDI comunicou: “A ação desta manhã é uma atividade de longo prazo realizada pelo Serviço de Segurança de Israel, direcionadas para os grupos responsáveis pela escalada da violência”<sup>8</sup>. No entanto, como ressaltado no relatório: “o comunicado não menciona a morte de duas mulheres que estavam apenas passando no momento do ocorrido”.<sup>9</sup>

O que já era levantado pela opinião pública internacional em razão do número de operações anteriores à revolta palestina foi oficializado. Explicitou-se que o Estado de Israel iria adotar essa política pública na área de segurança interna e externa, uma vez que ocorrem explosões de homens-bombas dentro do território judeu como também lançamento de foguetes a partir do território palestino ocupado.

A escolha desse meio de “defesa” como política pública pode ser entendido dentro do conceito de “Arenas Sociais” que Celina Souza (2007, p.76) destaca:

O modelo de arenas sociais vê a política pública como uma iniciativa dos chamados empreendedores políticos ou de políticas públicas. (...) Existem três principais mecanismos para chamar atenção dos decisores e formuladores de políticas públicas: (a) divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema; (b) eventos tais como desastres ou repetição continuada do mesmo problema; (c) *feedback*, ou informações que mostram as falhas da política atual ou seus resultados medíocres. Esses empreendedores constituem a *policy community*, comunidade de especialistas, pessoas dispostas a investir recursos variados esperando um retorno futuro dado por uma política pública que favoreça suas demandas. Elas são cruciais para a sobrevivência e o

<sup>8</sup> The action this morning is a long-term activity undertaken by the Israeli Security Forces, targeted at the groups responsible for the escalation of violence.|| Amnesty International Report.

<sup>9</sup> (...) the statement fails to mention the killing of the two women bystanders||. Idem.



sucesso de uma ideia e para colocar o problema na agenda política.

O setor de Defesa de Israel e dos EUA tem muita força política (*lobby*) e financeira. Então, utilizando-se desse poder elegeram o método de assassinar seletivamente indivíduos em territórios estrangeiros como política pública de segurança mais eficaz. Isso ocorre, segundo Kingdon (2003), porque a “agenda decisional” influencia os formuladores de política na determinação da “agenda governamental” que é mais complexa, então certas políticas públicas que tem poderosos empreendedores são postas em prática mesmo que sejam extremas.

#### **IV O TARGETED KILLING DENTRO DA DOCTRINA DE GUERRA AO TERROR E A CONTINUAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO OBAMA**

No contexto dos EUA houve duas *policy window* evidentes, quais sejam: o episódio do 11 de setembro de 2001 e a eleição de Barack Obama em 2008. Essas ocasiões criam oportunidades para diversos *lobbies* que pretendem emplacar políticas públicas setoriais, por exemplo, de defesa nacional ou do sistema financeiro.

O *Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001 – USA PATRIOT Act*. (Unindo e Fortalecendo a América Fornecendo Ferramentas Adequadas para Interceptar e Obstruir o Ato de Terrorismo de 2001) foi promulgado em 26 de outubro de 2001. Este ato ainda está em vigor após a prorrogação por 90 dias pelo Senado norte-americano em 28 de fevereiro de 2011.<sup>10</sup> Com ele se criou mecanismos institucionais que tornaram possíveis juridicamente violações tanto de direitos civis quanto de direitos humanos.

A partir desse marco jurídico, intensificaram-se as perseguições, detenções e execuções em território estrangeiro, produtos da política de “Guerra ao Terror” ou

---

<sup>10</sup> CBSNEWS. **Senate Passes 90-Day Extension of Patriot Act**. Disponível em <[http://www.cbsnews.com/8301-503544\\_162-20032133-503544.html](http://www.cbsnews.com/8301-503544_162-20032133-503544.html)>. Acesso em 23 de março de 2011.

“Guerra Total”. Foram criadas duas prisões “especializadas” (*ad hoc*) para prisioneiros das Guerras no Afeganistão e no Iraque como também para “suspeitos” de terrorismo: *Abu Ghraib* e *Guantánamo*.

Durante o Governo Bush (2000-2008), essa política de segurança foi utilizada em diversas frentes onde os EUA perseguiram “terroristas” no Afeganistão, Iraque, Oriente Médio, Iêmen e Paquistão.

Após a eleição de Barack H. Obama, em 2008, houve uma *janela de oportunidade* para outros tipos de política de segurança, no entanto, o presidente norte-americano já tinha empreendido a política de assassinatos seletivos durante a campanha presidencial. Ele se comprometeu em intensificar as perseguições aos alvos seletivos dos EUA no Afeganistão, Bin Laden e outros, com o diferencial de enviar **Unmanned Aerial Vehicle - UAV** (aeronaves não nomeadas, classificação da Administração Federal de Aviação) nessas missões.

O Professor Kenneth Anderson (2009, p. 02), relata que,

Obama não demorou muito para começar a cumprir sua promessa de campanha ao assumir o cargo. Em 23 de janeiro de 2009, apenas três dias de seu governo, ataques por aviões teleguiados “Predator” em áreas tribais no Paquistão destruiu dois compostos e matou várias pessoas, alegadamente incluindo um alvo de alto valor. Os ataques continuaram se intensificando ao longo dos meses e autoridades do governo deixaram claro que não tinham planos para refreá-las – mesmo quando diminuía os interrogatórios coercivos e anunciara o encerramento da Baía de Guantánamo.<sup>11</sup>

A administração Obama ainda autorizou oficialmente um *targeted killing* que foi a inclusão de Anwar al-Awlaki<sup>12</sup>, um clérigo muçulmano, mas nascido nos EUA, na lista de “assassinável seletivamente”. Ele se encontra escondido no Iêmen, segundo fontes oficiais norte-americanas.

<sup>11</sup> Obama did not take long, on assuming office, to begin keeping his promise. On January 23, 2009 a mere three days into his presidency, strikes by Predator drones in the tribal areas of Pakistan destroyed two compounds and killed numerous people, reportedly including a high-value target. 4 Strikes continued, even expanded, over the successive months, and administration officials made clear that they had no plans to curtail them — even as they reined in coercive interrogations and announced the closure of Guantánamo Bay.

<sup>12</sup> The New York Times. U.S. Approves Targeted Killing of American Cleric. Disponível em <[http://www.nytimes.com/2010/04/07/world/middleeast/07yemen.html?\\_r=3&hp](http://www.nytimes.com/2010/04/07/world/middleeast/07yemen.html?_r=3&hp)>. Acesso em 01 de abril de 2011.

## V CONCLUSÕES

Tanto os EUA quanto Israel alegam praticar os assassinatos seletivos sob as leis da guerra e em legítima defesa, em que é cabível a pena de morte. No entanto, será que não há outros métodos menos violentos e eficazes e que proporcione a segurança necessária ao povo israelense, norte-americano e outros povos?

De acordo com Bachmann e Haeussler (2011), assessores jurídicos da OTAN, essas operações de *targeted killing* estão ocupando um lugar no arsenal de medidas contra-terroristas e anti-terroristas das democracias modernas. Ainda advogam que é eficaz e uma ferramenta que deve ser utilizada como política de defesa dos países membros da organização.

Em 2010, durante a reunião do Conselho de Direitos Humanos da Assembléia Geral da ONU, Philip Alston apresentou um relatório sobre o estado da arte da política de *targeted killing*. Nesse documento ele resume a situação em 2010:

Nos últimos anos, alguns Estados tem adotado políticas que permitem o uso dos assassinatos seletivos, incluindo nos territórios de outros Estados. Tais políticas são muitas vezes justificadas como uma resposta necessária e legítima ao “terrorismo” e “guerra assimétrica”, mas tiveram muitos efeitos problemáticos indefinindo e expandindo os limites jurídicos. Este relatório descreve as novas políticas de assassinatos seletivos e aborda as principais questões jurídicas que surgiram.<sup>13</sup>

Portanto, nessa seara e partindo das reflexões expostas anteriormente, acredita-se que essa política letal está sendo posta em prática com mais intensidade aliada ao avanço tecnológico de aviões não-tripulados em que os riscos são apenas do lado do assassinado.

<sup>13</sup> In recent years, a few States have adopted policies that permit the use of targeted killings, including in the territories of other States. Such policies are often justified as a necessary and legitimate response to —terrorism|| and —asymmetric warfare||, but have had the very problematic effect of blurring and expanding the boundaries of the applicable legal frameworks. This report describes the new targeted killing policies and addresses the main legal issues that have arisen.





## VI REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMNESTY INTERNATIONAL. *Israel and the Occupied Territories: State Assassinations and other Unlawful Killings - Amnesty International Report*. 21/02/2001.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Israel and the Occupied Territories: Israel must end its policy of assassinations - Amnesty International Report*. 04/07/2003.

ANDERSON, Kenneth. **Targeted Killing in U.S. Counterterrorism Strategy and Law**. Working Paper of the Series on Counterterrorism and American Statutory Law. 2009.

BACHMANN, Sascha– Dominik; HAEUSSLER, Ulf. *Targeted Killing as a Means of Asymmetric Warfare: A Provocative View and Invitation to Debate*. Disponível em

<[http://port.academia.edu/SaschaDominikBachmann/Papers/412246/TARGETED\\_KILLING\\_AS\\_A\\_MEANS\\_OF\\_ASYMMETRIC\\_WARFARE\\_](http://port.academia.edu/SaschaDominikBachmann/Papers/412246/TARGETED_KILLING_AS_A_MEANS_OF_ASYMMETRIC_WARFARE_)>. Acesso em 20 de março de 2011.

B´Tselem - The Israeli Information Center For Human Rights in the Occupied Territories. **Statistics – Fatalities**. Disponível em <<http://www.btselem.org/english/Statistics/Casualties.asp>>. Acesso em: 14 de abril de 2010.

CBSNEWS. **Senate Passes 90-Day Extension of Patriot Act**. Disponível em <[http://www.cbsnews.com/8301-503544\\_162-20032133-503544.html](http://www.cbsnews.com/8301-503544_162-20032133-503544.html)>. Acesso em 23 de março de 2011.

DAVID, Steven R, Fatal Choices: *Israel's Policy of Targeted Killing*. The Begin-Sadat Center for Strategic Studies Bar-Ilan University. **Mideast Security and Policy Studies nº 51**. 07/2002.

THE JEWISH VIRTUAL LIBRARY. **Israeli ‘Hits’ On Terrorists”**. Disponível em <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Terrorism/hits.html>>. Acesso em 23 de março de 2011.

KINGDON, J. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 3. ed. New York: Harper Collins, 2003.



MELZER, Nils (2008). **Targeted Killing in International Law**. Oxford Monographs in International Law. Oxford University Press. p. 468.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto (Org.) **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. P. 65-86.

UNITED NATIONS. GENERAL ASSEMBLY. **Report of the Special Rapporteur on extrajudicial, summary or arbitrary executions, Philip Alston. Addendum nº 06 - Study on targeted killings.** Disponível em <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/14session/A.HRC.14.24.Add6.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2011.

UNITED STATES. *The White House President George W. Bush. Presidential Address to the Nation - The Treaty Room.* Disponível em <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/10/print/20011007-8.html#>>. Acesso em 29 de março de 2011.